

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PROJETO NACIONAL

Jaldes Reis de Menezes*

RESENHA: César Benjamin, Emir Sader, João Pedro Stédile et alii. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

A corrente que pugna pela realização de um *Projeto Nacional* tem crescido no Brasil, na onda da crise do Plano Real e da senilidade precoce do segundo governo FHC. Efetivamente, construir um *projeto nacional autônomo mas não autárquico* nas condições do capitalismo contemporâneo é uma tarefa das mais difíceis, que depende principalmente de dois elementos, umbilicalmente ligados, e ainda não resolvidos nas formulações presentes: a questão do Estado e da natureza do novo poder nacional expresso pelo projeto (o que leva à apreciação do caráter histórico do Estado desenvolvimentista conservador brasileiro) e as forças políticas e sociais impulsionadoras do redivivo *Projeto Nacional*.

A falta da delimitação rigorosa desses elementos axiais, a pregação do *Projeto Nacional*, no debate brasileiro hoje, tem as mais dissonantes vozes, desde a mitológica recuperação/escavação - romântica e irracional, tanto pela base conceitual quanto pela escrita cifrada visando tão somente um *efeito* - de personagens seletos da história brasileira pós-30 (Getúlio Vargas, Glauber Rocha, Villa Lobos, Câmara Cascudo e outros), encetada pelo livro *O Príncipe da Moeda* e os artigos assinados pelo autor do mesmo livro, Gilberto Vasconcelos, na *Folha de S. Paulo*, até o bonapartismo progressivo do setor nacionalista das forças armadas. Nas bases do anticapitalismo romântico de Vasconcelos (recuperador, na sombra de Getúlio e Glauber, de Nietzsche e Ortega y Gasset) conformaremos-nos, na melhor das hipóteses, a uma crítica social tão mistificadora quanto a neoliberal do passado brasileiro e da obra do Estado conservador-

* Professor do Departamento de História da UFPB, mestre em Ciências Sociais pela UFPB, doutorando em Serviço Social pela UFRJ.

desenvolvimentista; na pior, observar o fermento de uma nova ideologia autoritária e de massas, como outras na história da modernidade. Porém, as peripécias do anticapitalismo romântico irracionalista - para além das diatribes -, hoje, soma pouco, para a consecução de um *Projeto Nacional* de veicidade hegemônica.⁵³⁹

Na discussão da saída pela via do *Projeto Nacional* reputamos, de longe, os esforços promovidos pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), CMP (Central dos Movimentos Populares), setores progressistas da Igreja Católica e intelectuais de esquerda, conhecido como *Consulta Popular*, como o mais importante no âmbito do campo político do *PN*. Desde logo constata-se a organicidade das forças envolvidas, permitindo um debate nacional amplo entre militantes populares de variadas origens e formações. Porém, o texto-síntese *A Opção Brasileira*⁵⁴⁰ (OB) do debate nacional promovido por essas forças políticas, redigido pelo economista César Benjamim e subscrito por políticos e intelectuais importantes (João Pedro Stédile, Emir Sader, Plínio de Arruda Sampaio, Tânia Bacelar e outros) nos afigura como problemático e até mesmo um retrocesso em relação à trajetória de formulação projetual recente da esquerda brasileira.

Não é tarefa fácil formular uma visão de conjunto da formação econômica e social brasileira, iluminadora da ação política consciente. Neste aspecto, a ciência social brasileira contemporânea é lapidar: multiplicam-se os estudos específicos e a visão de conjunto esmaece. Desse modo, iniciativas como a *Consulta Popular* e texto-síntese como OB podem permitir um aceso debate.

Elegantemente redigido, OB divide-se em quatro partes e uma introdução. Na *Introdução*, como de praxe, está o que os autores chamam de a "motivação" do trabalho, para eles: "...explicitar bases conceituais para um novo enfoque sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil" (p.18); a denominada *Parte I* compõe-se de quatro seções (*O sentido da construção nacional, O desafio da Globalização, A macroeconomia do plano real, O bloqueio da construção nacional*), a primeira e a última explicitando as bases conceituais, as duas do meio formulando diagnósticos sobre o plano real e a globalização. A primeira e a última seções da parte I são

⁵³⁹ Cf. Gilberto Vasconcelos. *O Príncipe da Moeda*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.

⁵⁴⁰ César Benjamim et alii. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. Doravante, grifaremos OB, seguido do número da página.

bastante importantes na lógica do texto, rigorosamente lançam as bases conceituais do mesmo, arrematadas somente na *Parte IV, A Opção Brasileira*, a alma programática do livro, onde é explicitada a proposta de saída nacional brasileira. Intermediando primeira e a última parte há um longo diagnóstico nas Partes II e III, sobre *Cenário estrutural do Brasil - Parte II* (espaço, dinâmica populacional, questão agrária, cidades, concentração de renda, envelhecimento da infra-estrutura, industrialização brasileira, potencial tecnológico, financiamento da economia, a crise do Estado, o sistema político, a mídia) e, na *Parte III*, digressões referentes ao *Colapso das estratégias de emparelhamento* (ou a crise e falência dos processos de industrialização retardatária, com destaque para o Brasil, a União Soviética e a Coréia do Sul), à *Nova (des)ordem internacional* e a viabilidade da América do Sul.

Conquanto o texto pretenda um “novo enfoque” sobre o desenvolvimento brasileiro, o mesmo não surge do nada, mas funda-se na *dérmarche* inaugurada pelos clássicos de nossa melhor ciência social - chamados de *explicadores* do Brasil, ou seja, os raros intelectuais que lograram sucesso na árida missão de estabelecer uma visão de conjunto do Brasil - no livro, estão nomeados, entre os mortos, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Ignácio Rangel, Darcy Ribeiro e, entre os vivos, Celso Furtado e Milton Santos.

De começo, dois comentários. Em primeiro lugar, chamou-nos a atenção a ausência entre os clássicos *explicadores do Brasil* o nome de Nelson Werneck Sodré, não só pela profícua obra, mas pela identidade (talvez involuntária) entre o que denominamos de *eixo estratégico* de OB e a formulação wernekiana (ademais influenciada pela famosa resolução do VI Congresso da III Internacional Comunista, sobre a revolução nos países chamados de coloniais e semicoloniais, de 1928, e as orientações do IV Congresso do PCB, de 1954)⁵⁴¹: uma articulação entre a chamada “questão nacional” e o socialismo - expresso em OB, em linguagem caiopradiana, mas desviando-se das intenções originais de Prado Jr., no movimento de passagem da não-nação (período colonial) à nação (abertura do portos de 1808 e independência política de 1822 até à recente desconstrução

⁵⁴¹ Para examinar as resoluções do IV Congresso do PCB, cf. Edgard Carone (Org.), *O P.C.B. vol. II*. São Paulo: Difel, 1982, pp. 126-136; para um balanço da política da IC em relações às nações coloniais e neocoloniais, cf. Fernando Claudin, *A Crise do Movimento Comunista*, vol. I. São Paulo: Global, 1985, pp. 215-294.

neoliberal) e, novamente, à não-nação (desconstrução nacional neoliberal) - que pressupõe a supremacia/autonomia do momento da nação (e o séquito de tarefas específicas pertinente a este momento) em relação ao do socialismo, nestas propostas geralmente uma entidade nebulosa ou definida doutrinariamente.⁵⁴²

Em segundo lugar, avançamos a hipótese de um ardid ideológico sutil na mobilização, ademais imprescindível em qualquer *Projeto Nacional*, dos *explicadores do Brasil* na formulação do *Projeto Nacional* de OB: afora citações respeitadas mas passageiras de Marx e Gramsci (em virtude desses autores não figurarem - ou figurarem residualmente - entre os *fundamentos* da elaboração de OB, os autores passam ao largo da trajetória da elaboração da tradição marxista sobre a relação entre o momento nacional e o momento do socialismo, onde, ao lado de Marx e Gramsci, apareceriam inevitavelmente, pelo menos, os nomes de Engels, Lênin e Trotsky, e, o mais importante, através dessa galeria (Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Trotsky), questões essenciais, de larga fortuna crítica, como o desenvolvimento desigual e combinado de objetivação do capitalismo, a revolução democrático-burguesa, a revolução permanente e a revolução passiva - ou seja, o problema das vias "não-clássicas" de objetivação do capitalismo. OB reconhece, em rápida passagem, embora parcialmente, porque a citação diz respeito apenas aos *processos de industrialização* e não ao modo de produção como totalidade, a particularidade não-clássica da objetivação do capitalismo brasileiro.⁵⁴³ Mas parece não retirar daí todas as ilações possíveis, como veremos mais adiante.

Nossa cobrança não é despropositada porque OB (p.18) se propõe a ser "*um texto sobre fundamentos*." Parece-nos que OB procurou escapar da pesquisa dos clássicos do marxismo, porque há uma certa esquerda que aborda esta literatura de maneira a fazer de temas concretos - portanto passíveis de revisão - uma hagiografia para fugir dos problemas da realidade. Como essa esquerda procura entender o Brasil tão somente a partir das polémicas e dos escritos dos clássicos do marxismo, OB vai buscar a fonte de entendimento do

⁵⁴² A obra de Nelson Werneck Sodré é imensa, envolvendo, pelo menos, trabalhos pioneiros de crítica literária, história e geografia. Para os objetivos desse trabalho, cf. Nelson Werneck Sodré. *História da Burguesia Brasileira*, 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁵⁴³ "A industrialização brasileira não seguiu, e nem poderia ter seguido, a via considerada mais clássica, que aliás só existiu na pioneira Inglaterra." (OB, p. 97)

Brasil em nossos melhores autores, vibrando aqui uma distinção com a esquerda dogmática. Essa característica, obviamente, não está desligada do tipo de *PN* idealizado por OB - a separação entre o momento nacional e o momento do socialismo. Para o momento nacional, formador da nação e da auto-estima, autores nacionais. Daí deriva um problema metodológico grave: autores como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, em grau absoluto, e todos os demais (Celso Furtado, Ignácio Rangel, Milton Santos e Darcy Ribeiro), em gradação por escala decrescente de aproximação, dialogaram diretamente com a tradição marxista. Sem exageros, como filosofia de nosso tempo, o marxismo contaminou todo o debate sobre a formação nacional brasileira desde os anos trinta. Nenhuma outra corrente de pensamento foi tão influente, inclusive quando era negada.

Este afastamento tácito - não a negação - da tradição marxista resulta um certo rebaixamento do horizonte transformacionista do *Projeto Nacional* de OB. Algumas categorias de análise do *Projeto Nacional* de OB caberiam perfeitamente em projetos de sinal ideológico trocado, tanto à direita (território, povo, nação, soberania e Estado) quanto de tipo social-democrático (cidadania marshallniana, distribuição de renda e reforma agrária) que visassem (o que não consideraremos pouco) dar um freio à desconstrução nacional encetada pelo neoliberalismo.

Porém, o principal defeito da ausência de diálogo direto com os clássicos do marxismo diz respeito à absoluta identidade que OB faz entre *Projeto Nacional* e *desenvolvimento brasileiro*, quando, na verdade, são dois objetos distintos conquanto interligados. Para OB (p. 25) "...depois de 1930, com a opção desenvolvimentista, o Brasil chegou a sentir-se portador de um projeto"; corolário dessa dêrmarche projeto nacional = projeto desenvolvimentista, hoje, "...pela primeira vez na história contemporânea, governo e elites se descomprometem (...) com a continuidade do processo industrializador - ou com a própria idéia de desenvolvimento que selou o acordo político e social básico do Brasil neste século e conferiu relativa estabilidade a uma sociedade tão desigual" (pp. 59-60); desse modo,

"...mesmo às custas de (...) injustiças e irracionalidade, o capitalismo dependente exerceu uma função construtiva [grifos nossos], principalmente neste século, quando a

industrialização acelerada e seus processos correlatos contribuíram para torna nossa economia mais forte e mantiveram um horizonte de mobilidade social ascendente para milhões de pessoas” (p. 148)

Ao descobrir uma *função construtiva* para o capitalismo dependente, OB inclui este em um longo processo de afirmação nacional que começa na colônia (a não-nação), segue no império e na primeira República (processo positivo porque, segundo os autores de OB, nos legou a unidade territorial, ao contrário da fragmentação da América espanhola), e, pós trinta, nos legou uma relativamente sólida base industrial e um Estado organizado. Esta processualidade resulta no *sentido profundo* de nossa história, nossa *vocação* para a grandeza e a soberania (as expressões são de OB), porque passamos através da história :

“a) do encontro de grupos étnicos desenraizados à formação de um povo dotado de unidade lingüística e identidade cultural; b) dos governos coloniais a um Estado nacional capaz de cumprir funções estruturantes cada vez mais complexas; c) da prevalência do mercado externo à do mercado interno como fonte de estímulo aos setores dinâmicos da economia; d) da máxima apartação social (o escravismo) à cidadania formal e às aspirações de generalização de uma cidadania real; e) da fragmentação à unificação da base geográfica; f) do modelo primário-exportador à predominância da indústria; g) da população dispersa no meio rural a uma sociedade urbanizada” (pp. 24-25).

O *sentido profundo* da história brasileira, portanto, é amplamente positivo, em que pese capitalismo dependente, elites perdulárias, modernizações conservadoras e conciliações pelo alto. Para construir o conceito de *sentido profundo* (assemelhado à *Bildung* alemã), OB opera com cortes seletos, que, no limite, vão da história à

não-história, da nação à não-nação.⁵⁴⁴ Desse modo, a questão é que hoje, a construção nacional encontra-se *bloqueada* e a *vocação* de grandeza do Brasil obstruída. Porém, há dois diferenciais importantes entre os bloqueios do passado brasileiro e o atual: “*parece ter chegado ao fim - inconcluso - o longo e tortuoso processo de construção nacional comandado pelas velhas elites*” (grifos de OB, p.59) e, em contraface, “*são os trabalhadores que podem tirar o Brasil da crise.*” (grifos de OB, p. 153). Essas duas ilações axiais - ter chegado ao fim o processo de modernização comandado pelas elites internas e a centralidade dos trabalhadores num novo processo de construção nacional não são tomadas até às últimas conseqüências, em OB, no que diz respeito à viragem estratégica radical que as mesmas infirmam junto à elaboração de um *Projeto Nacional*.

Chegamos ao *corpus* do ponto arquimédico visando à elaboração de um *Projeto Nacional* novo, condizente com a estrutura material da sociedade brasileira e as melhores aspirações emancipacionistas, que são, do nosso ponto de vista: 1) encetar uma revisão histórica do passado recente do desenvolvimento brasileiro (anos 30-80), visando verificar as vicissitudes do nosso capitalismo, o papel das elites, do Estado e a conexão externa desse desenvolvimento; 2) caracterizar as novas forças motrizes do *Projeto Nacional* brasileiro, os trabalhadores, o que esbate, em nível prático, nos problemas típicos da ação política: as alianças e as formas de lutas.

O ponto frágil da análise do processo de industrialização brasileira de OB é o de saltar por cima do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial, autonomizando exageradamente a capacidade decisória da burguesia brasileira.⁵⁴⁵ Das vicissitudes do desenvolvimento brasileiro não podem ser abstraídos, no plano político, a presença ativa na política mundial da União Soviética e a ameaça presente (para a burguesia) do socialismo; no plano econômico, há a questão da configuração de uma

⁵⁴⁴ A avalanche neoliberal no Brasil, é vista como “vitória temporária, porque a-histórica - da perspectiva da ‘não-nação’ sobre a perspectiva da nação (...)” (p.63).

⁵⁴⁵ Um arguto autor percebeu isso recentemente: “mesmo tendo sido decisiva a contribuição latino-americana, não se pode negar que o impulso original da preocupação com o desenvolvimento, como projeto global para o mundo atrasado, ganhou força, basicamente, a partir dos países centrais.” Cf. José Luís Fiori, *O Capitalismo e suas Vias de Desenvolvimento*. In Fernando Haddad. (Org.). *Desorganizando o Consenso*. Petrópolis: Vozes/Perseu Abramo, 1998, p.70

nova fase da etapa do imperialismo, que denominamos, com Mandel, de *capitalismo tardio*. A virtude de nossa elite (principalmente as figuras emblemáticas de Getúlio e Juscelino) foi de ter manobrado com maestria, aproveitando as brechas da conjuntura mundial no sentido de realizar a industrialização subordinada ou subdesenvolvida brasileira.⁵⁴⁶

Parece-nos que OB levou muito longe as discrições de Ignácio Rangel referente a um *ciclo longo* interno na economia nacional nos anos 30-80, autonomizando também o impulso interno desse ciclo. Na verdade, parece-nos que a intenção fundamental de Rangel, é mais caracterizar os processos pelos quais a economia brasileira procura fugir da fase b (ou depressiva) do ciclo longo, voltando-se para o mercado interno, do que propriamente autonomizar o ciclo.⁵⁴⁷ Desse modo, podemos periodizar o processo de desenvolvimento dos anos 30-80, esquematicamente, em dois grandes momentos, o primeiro compreendido entre 1930-1945, de isolamento brasileiro face à depressão mundial, e o segundo, de 1945-1980, de integração nacional na nova fase do imperialismo - o *capitalismo tardio* - através de um processo de *industrialização subdesenvolvida* acelerado.

Em sua *magnum opus*, o economista e dirigente trotsquista Ernest Mandel fornece subsídios para a compreensão da fase de integração do processo de industrialização brasileiro ao movimento da

⁵⁴⁶ "Se passarmos para uma definição mais detalhada do que foram as estratégias de crescimento da economia capitalista como um todo, pelos menos na sua parte central e em alguns segmentos periféricos, veremos que isso foi possível em grande medida pelo desrespeito pragmático da potência imperial às regras que eles estabeleceram em Bretton Woods. Havia regras monetárias e comerciais cuja arbitragem ficou informalmente com os EUA. O governo americano a exerceu de uma maneira extremamente *benevolente*, porque pragmática e movida pela Guerra Fria, pela competição econômica e tecnológica com a União Soviética. Isso fez com que os norte-americanos, de uma certa maneira, fossem os primeiros a driblar certas regras e fazer uma política monetária frouxa durante esse período. No início, na forma direta de ajuda, como foi o Plano Marshall e, um pouco mais tarde, sua ajuda para a Ásia. Depois, fazendo vistas grossas ao protecionismo de alguns países." José Luis Fiori, Op. cit., p 74.

⁵⁴⁷ "De longa data o Brasil reage - nem poderia deixar de fazê-lo aos movimentos do ciclo longo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra na fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma - o 'crescimento hacia adentro' dos cepalinos - adotando uma forma de substituição de importações (...)" Ignácio Rangel, *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp. 30-31.

economia mundial.⁵⁴⁸ A premissa geral dessa teoria, frente a países de desenvolvimento médio como o Brasil, é a de que a famosa frase de Marx de que os países desenvolvidos refletem o futuro dos anos desenvolvidos fenece com a ascensão definitiva do imperialismo (que configurou uma mudança estrutural/qualitativa na economia mundial) entre o último quartel do século XIX e começo do século XX, daí derivando toda a problemática das vias "não-clássicas" de objetivação do capitalismo.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não é um problema pertinente apenas às relações políticas internacionais entre Estados centrais, semiperiféricos e periféricos, subordinados economicamente via exploração neocolonial, mas, também, hoje, um *elemento mesmo da estrutura interna do capital*.⁵⁴⁹ Ao longo da história do capitalismo, tivemos *três formas principais de superlucros* (Mandel, 51-74), correspondendo a fases históricas do capitalismo e do mercado mundial: 1) fase do capitalismo concorrencial - correspondendo a um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo baseado na relação entre regiões industriais e atrasadas ou agrícolas dentro do mercado nacional (por exemplo: entre a Inglaterra e a Irlanda, o Norte e o Sul Italiano etc.). Nesta fase, o *superlucro era regional*; 2) fase do capitalismo imperialista *clássico*, ou de desenvolvimento desigual e combinado baseado na divisão internacional do trabalho entre países exportadores de produtos

⁵⁴⁸ Ernest Mandel. *O Capitalismo Tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985. Cf. especialmente os capítulos 1 (*As Estrutura do Mercado Mundial Capitalista*, pp. 29-49), 2 (*As Três Fontes Principais de Superlucro no Desenvolvimento do Capitalismo Moderno*, pp. 51-74) e 3 (*O Neocolonialismo e a Troca Desigual*, pp. 243-264).

⁵⁴⁹ É de se notar que o eixo da literatura do pensamento cepalino enfatiza esse aspecto da subordinação das relações internacionais neocoloniais. No que toca à economia, a *dérmarche* cepalina clássica é toda a discussão sobre a *troca desigual* ou a *deterioração dos termos de troca* entre os países capitalistas centrais (industriais) e periféricos (agrícolas), ao que sabemos, nos termos do debate econômico do pós-guerra, inaugurada por Raul Prebisch no seu célebre artigo de 1949 (*O Desenvolvimento Econômico das Américas Latina e seus Principais Problemas*), no entanto, deixando afastado a questão de que, uma vez implantada a industrialização, transitaríamos de um estágio histórico de predomínio da *troca desigual* para um outro, de *superlucro* capitalista, radicado nas trocas desproporcionais entre o Departamento I - DI (bens de capital), localizado essencialmente nos países centrais e o Departamento II - DII (bens de consumo), em implantação na semiperiféria, mas necessitando do suporte da indústria produtora de máquinas. Assim, o trânsito da *troca desigual* para a integração definitiva das relações econômicas à *estrutura mesma do capital*, agora em conexão internacional, é o que permite definir o processo de industrialização brasileira como de *industrialização subdesenvolvida*. Cf. Jurandir Antônio Xavier, *A Industrialização Subdesenvolvida*. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

industriais e países exportadores de matérias primas. Nesta fase, o superlucro era internacional; 3) fase do capitalismo tardio, baseado no desenvolvimento desigual e combinado entre o DI e o DII. Nesta fase, o superlucro é tecnológico.

Se examinarmos atentamente o que aconteceu a partir de 1945 nos países que transitaram da periferia para a semiperiferia na América Latina (Brasil e México essencialmente), parece-nos que seria difícil discordar da afirmação de que um processo de industrialização completo e orgânico não ocorreu em nenhum dos dois países. Por vias tortuosas, parece que estavam mais certos os que, nos debates dos anos sessenta, eram pessimistas quando aos destinos da industrialização brasileira e o desenvolvimento da dependência. Embora errados na ilusão ultraesquerdista de que o desenvolvimento brasileiro havia estancado e o processo de substituição de importações chegado ao término, diagnosticando o regime militar regressivo enquanto promotor do desenvolvimento econômico, chegando a pregar que o futuro do Brasil seria - *à lá* o regime espanhol de Franco ou o português de Salazar - o retorno ao campo e a "pastorização" ou ruralização, eles não estavam de todo errados ao apontar as limitações desse desenvolvimento.⁵⁵⁰ Equivocaram-se ao apontar, luxemburguistamente ou conforme o Trotsky do *Programa de Transição*, o *limite estrutural* desse desenvolvimento subdesenvolvido⁵⁵¹: para eles, o *limite estrutural* radicava na

⁵⁵⁰ Esses autores eram conhecidos entre 1964-70 como "estagnacionistas" e tinham as mais distintas procedências teórico-ideológicas, desde Celso Furtado, um dos fundadores do pensamento cepalino, cf. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*. In Celso Furtado (Org.). *Brasil: Tempos Modernos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 1-23; *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, os dois textos mais representativos do "estagnacionismo" furtadiano, até as posições que afirmavam que, mantida a dependência externa, afirmavam a inevitabilidade de regimes autoritários ou fascistas na América Latina, cf. André Gunder Frank, *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970; Rui Mauro Marini, *Dialética da Dependência*. México: Era, 1977.

⁵⁵¹ Curiosamente, tais teses apreenderam as partes mais problemáticas da obra tanto de Rosa Luxemburgo quanto de Trotsky. De Rosa, a teoria da acumulação capitalista catastrofista de sua lavra, que pressupunha um "limite endógeno" do capitalismo nos famosos esquemas de reprodução de Marx, inclusos no Vol. III de *O Capital*, limite este configurado empiricamente na completa industrialização do mundo ou na expansão por todo o globo do modo de produção capitalista (cf. Rosa Luxemburgo, *A Acumulação do Capital*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985). De Trotsky, a afirmação politicamente desastrosa, vinda de um homem tão inteligente e teoricamente brilhante, de que "as forças produtivas deixaram de crescer" (cf. Leon Trotsky, *Programa de Transição*. São Paulo: Causa Operária, s/d., p. 9.). Hoje, sabemos tanto empirica quanto teoricamente que, nem há um "limite endógeno" à acumulação capitalista - o "limite" necessariamente é *exógeno*, depende da ação humana e da vontade política, posto que nada

manutenção ou na regressão da dependência, através de regimes títeres especializados na captura, fausto interno do excedente, exportação do excedente econômico e na ultraexploração pré-capitalista e compulsória de massas de trabalhadores. Desse catastrofismo só poderia surgir uma revolução que mais parecia a rebelião dos escravos do antigo Império Romano, a exemplo da comanda por Spartacus, do que um processo político ocidental, hegemonizado por trabalhadores organizados. Ora, o limite estrutural de nosso capitalismo não radicava aí, mas na captura do valor aqui gerado no DII, pela via da renda tecnológica, para o DI localizado nos países centrais.

Subjacente a tudo isso, encontra-se o funcionamento da velha lei capitalista do valor no mercado mundial - absolutamente desconsiderada em OB (pp. 95-105) quanto trata do processo de industrialização brasileira -, que consiste no dado estrutural básico da diferença países desenvolvidos/subdesenvolvidos: o fato de que o mercado mundial capitalista homogeniza a *circulação* capitalista de mercadorias, mas não a *produção* capitalista de mercadorias.⁵⁵² Ao desconsiderar a atuação da lei do valor no mercado internacional, a passagem de OB complementar à da análise da industrialização, o primeiro capítulo da parte III, pertinente às chamadas “estratégias de emparelhamento” (o balanço dos esforços de países como União Soviética, Brasil e Coréia do Sul no sentido da industrialização plena),

impede o capitalismo de continuar se reproduzindo endogenamente como barbárie -, nem as forças produtivas cessaram seu crescimento. Nada disso invalida, pelo contrário, as obras de Trotsky e de Rosa Luxemburgo. Nossa crítica aos dois é situada historicamente - a partir disso, pontual e seletiva. Para uma análise, do nosso ponto de vista definitiva, dos esquemas de reprodução de Marx, cf. Romam Rosdolsky, **Genesis y Estructura de El Capital de Marx** (especialmente a Parte VII, cap. 30; *La Polêmica en Torno a los Esquemas de La Reproducción de Marx*, pp. 491-554), 6. ed. México: Siglo XXI, 1989.

⁵⁵² “De onde provém essa falta de homogeneidade? Deve-se à própria natureza do capital, ou é resultado de uma estrutura histórica inicial - a estrutura do colonialismo - que foi certamente um acompanhamento concreto da marcha triunfal do capital através do globo, mas que não representa uma pré-condição essencial para o progresso da acumulação de capital? A resposta a essa questão nos remete de volta ao problema das diferenças no nível de lucro, uma expressão da busca incansável de superlucros, que resulta do movimento desigual da própria acumulação de capital. No caso “puro” de aumentos contínuos na composição orgânica de capital e no desenvolvimento incessante de novas técnicas e tecnologia, que Marx anteviu mas que se apresentou em sua forma plenamente desenvolvida apenas no capitalismo tardio da atualidade, as diferenças no nível de lucro despontam a partir da concorrência entre capitais e da condenação inexorável de todas as firmas, ramos industriais e áreas que se deixam ultrapassar nessa corrida e que, por isso, são forçadas a ceder uma parte de sua ‘própria’ mais-valia aos que as lideram. O que é esse processo, senão a produção permanente de firmas, ramos industriais, áreas e regiões subdesenvolvidos?” Ernest Mandel, *Op. cit.*, p. 58.

escolhe uma abordagem alternativa, bastante interessante, mas que não ilumina completamente o complexo estrutural desses processos de modernização.⁵⁵³ Além de não concordar com a redução da questão da União Soviética à simples “estratégias de emparelhamento”, obstruindo as determinações mais importantes dessa experiência (vinculadas à tentativa de construção do socialismo), nesta abordagem, a captura de superlucros pela via da lei do valor aparece camuflada na forma de que “...o núcleo do sistema internacional são os espaços nacionais que concentram em si a dinâmica da inovação” (OB, 127). Nada a obstar quanto à afirmação, mas ela pode conduzir a duas ciladas: 1) obnublar a *forma concreta* em que, no mundo da produção, é efetivado o processo de domínio da inovação tecnológica nos países centrais;⁵⁵⁴ 2) estimular a ilusão (em OB bastante ambígua) de que uma das maneiras principais de combater este “...sistema econômico internacional estruturalmente assimétrico...” é “...mudar o conceito desenvolvimento...”, que não é “...apenas um imperativo ético e social, mas uma exigência da boa estratégia.” (OB, 128) Parece-nos que OB não apreendeu a principal lição da “ilusão do desenvolvimento”, onde estão imersas as “estratégias de emparelhamento”: perceber que o problema central *não é* a estratégia de desenvolvimento per si, mas as relações historicamente construídas, tanto interna quanto externamente, de onde emergem as questões pertinentes às classes sociais, o Estado e o imperialismo.

O que vem a ser “as relações historicamente construídas”? Na nossa *dérmarche*, a história do capitalismo competitivo tem dois grandes surtos de desenvolvimento. O primeiro grande período, marcado pelas revoluções política burguesa e industrial (séculos XVII/XVIII até 1848). Aproveitaram esta primeira onda do capitalismo a Inglaterra e os Estados Unidos; a França e a Bélgica, no que tange ao processo de industrialização seguiram, em geral, o padrão de desenvolvimento inglês. Há, depois, um segundo grande período do capitalismo competitivo - tipificado como “prussiano”-

⁵⁵³ A “abordagem alternativa” é baseada, essencialmente, em dois livros de Giovanni Arrighi, O Longo Século XX, Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996; A Ilusão do Desenvolvimento, 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

⁵⁵⁴ Esta questão aparece cifrada em OB (p. 127) da seguinte forma: “*tal como está organizado, o sistema econômico internacional é estruturalmente assimétrico e rigidamente estratificado. Uma impossibilidade lógica impede que qualquer estratégia de emparelhamento altere as posições relativas no interior do sistema*”; os grifos são de OB. Desse modo, damos voltas em torno da questão central, mas ela permanece obscura.

onde está imersa principalmente a Alemanha, caracterizado por processos de modernização comandados pelo Estado e o capital financeiro centralizado pelo mesmo Estado. Os países da "via prussiana" não realizaram a revolução política burguesa "clássica" (nos moldes da Revolução Francesa): acomodaram as antigas estruturas agrárias, combateram ideologicamente o dogma do *laissez-faire* smithiano e trocaram-no pelo novo dogma, o "sistema nacional das forças produtivas" de List. Desde então, alternadamente e conforme os humores da onda longa (fase A - tônica de crescimento; fase B - tônica de depressão), a burguesia tem trocado a ideologia do livre campismo pela protecionista.

Observemos que as vias "clássica" e "prussiana" do primeiro período encerram todo um conjunto de características comuns: superlucro regional (eixo do desenvolvimento desigual e combinado), do capitalismo concorrencial, da formação dos estados nacionais burgueses. Neste período, o peso do capital externo/ imperialista não se faz sentir como determinante nos processos de acumulação industrial nacional, possibilitando processos orgânicos de industrialização - nesta fase, ainda vale a frase de Marx de que os países adiantados refletem o futuro dos menos desenvolvidos. Esta, aliás, a diferença básica entre as "vias prussianas" do século XIX e começo do século XX (processos Alemão e Japonês) e as que se desenvolveram depois dos anos trinta do século XX: a espada de dâmocles do capital imperialista no âmago das novas vias prussianas, dentro mesmo do arranjo político do Estado, de que o caso brasileiro é emblemático.⁵⁵⁵

Longe de nós, com isso, afirmar que os Estados dos processos de modernização prussiana mais recente (caso brasileiro) são meros títeres ou biombos do capital imperialista. Especificar corretamente o grau de autonomia desses Estados em relação ao capital imperialista é tarefa das mais complexas porque sinuosa, no essencial dependente da análise da correlação de forças e do bloco no poder desses países. Assim, por exemplo, o bloco no poder do período do regime militar exercitou o poder de Estado com mais independência ao imperialismo do que, hoje, a plutocracia comandada por FHC.

⁵⁵⁵ Para uma discussão da "via prussiana" no Brasil, entre outros, cf. Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e Democracia no Brasil*, In *A Democracia como Valor Universal*, Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, pp. 121-161; José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

Verificada sumariamente a primeira questão (as vicissitudes do processo de desenvolvimento brasileiro, o papel das elites, do Estado e a conexão externa desse desenvolvimento), chega a segunda e mais importante questão: que vem a ser um *projeto nacional* comandado pelos trabalhadores? Que trabalhadores são esses, quais as configurações novas e salientes do trabalho no Brasil e suas conexões com o desenvolvimento do capitalismo mundial? Quais, enfim, as forças motrizes da luta de classes no Brasil de hoje? As páginas de OB são insuficientes para responder à questão programática axial do *Projeto Nacional* hoje. Não há em suas páginas de profusa análise sobre distintos temas, estranhamente, considerações sobre o mundo do trabalho hoje e as implicações do complexo de alterações produzidas neste mundo em relação à programática das forças políticas de esquerda. Mesmo a questão do socialismo é marginal ao texto. À rigor, a expressão socialismo aparece, deslocada, apenas em dois momentos do texto: no começo - "...propomos algumas coisas que ultimamente se tornaram impensáveis, na medida em que rompem com as bases da organização socioeconômica atual do Brasil e reatualizam a idéia de um futuro socialista" (OB, 18) - e no parágrafo final - "...se nos perguntarem se o projeto que esboçamos é de natureza socialista, responderemos que sim (...)" (OB, 176).

Defendemos, sim, um *Projeto Nacional* brasileiro, mas, do nosso ponto de vista, nas condições do capitalismo brasileiro hoje, não há mais como desligar ou estabelecer clivagens rígidas entre o momento nacional e o momento socialista. A programática propositiva de OB (seção IV) contém uma série de medidas de caráter nacional, e uma meta geral de governo: "...a eliminação da pobreza e de incultura sob todas as formas e manifestação." (OB, 157) OB reconhece dificuldade para cumprir tal objetivo:

"...ou a economia se reorienta para permitir um ataque (...) à pobreza - de modo que esse ataque seja um elemento de dinâmica econômica -, ou a pobreza não terá solução. Nosso problema econômico mais importante, portanto, é o de conciliar a dinâmica da distribuição com a dinâmica do crescimento. Isso exige reformas estruturais, combinadas com políticas ousadas, ofensivas, sistêmicas,

capazes de reorganizar o esforço produtivo do país." (OB, 157)

Este tipo de desenvolvimento só será alcançado via mercado interno - "...a consolidação desse mercado como um elemento dinâmico é a nova fase fundamental da questão nacional..." (OB, 157-158). Após uma série de digressões sobre o aumento da produtividade, a potencialidade do mercado interno de massas brasileiro, nossos recursos naturais e energéticos etc., OB chega à pergunta-chave, mas não desenvolve: "...se os grandes grupos privados ligados ao modelo globalizante mantiverem o controle sobre a acumulação e o investimento (que garantem a oferta de emprego e de mercadorias), toda a sociedade depende da sustentação de seus lucros." (OB, 171) Como os grandes grupos privados perderão o controle da acumulação e seus lucros, através de um decreto do governo? A auto-circularidade da plataforma emergencial de OB deita raízes em um tipo de pensamento econômico que prescindiu das relações sociais e políticas. O pensamento faz sentido em si mesmo, na sua lógica interna, enquanto *constructo*, mas é estilhaçado no confronto das contradições da vida, das classes sociais e interesses em presença. Este pensamento faz tabula rasa da sabedoria armazenada no verso do grande Goethe:

*"Gris, caro amigo, é toda teoria
E verde a áurea árvore da vida."*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996.
- _____. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BENJAMIM, César et alii. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- CARONE, Edgard. (Org.). **O P.C.B.** vol. II. São Paulo: Difel, 1982.
- CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**. Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CLAUDIN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista**. vol. I, São Paulo: Global, 1985.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Democracia no Brasil*. In **A Democracia como Valor Universal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- FIORI, José Luís. *O Capitalismo e suas Vias de Desenvolvimento*. In Fernando Haddad. (Org.). **Desorganizando o Consenso**. Petrópolis: Vozes/Perseu Abramo, 1998.
- FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Signos. 1970.
- FURTADO, Celso. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*. In Celso Furtado (Org.). **Brasil: Tempos Modernos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985.
- MARINE, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. México: Era, 1977.
- RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ROSDOLSKY, Romam. **Genesis y Estructura de El Capital de Marx**. 6 ed. México: Siglo XXI, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- TROTSKY, Leon. **Programa de Transição**. São Paulo: Causa Operária, s/d.
- VASCONCELOS, Gilberto. **O Príncipe da Moeda**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.
- XAVIER, Jurandir Antônio. **A Industrialização Subdesenvolvida**. João Pessoa: Editora Universitária. 1996.